



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO- UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS/HISTÓRIA

GUSTAVO HENRIQUE BORGES PAZ COSTA

AS CONEXÕES DE PODER E AS PRÁTICAS ESCRAVISTAS NO
ESTADO DO MARANHÃO NO SÉCULO XVIII: ASCENSÃO DA
FAMÍLIA LAMAINÈRE.

CODÓ-MA

2025

GUSTAVO HENRIQUE BORGES PAZ COSTA

**AS CONEXÕES DE PODER E AS PRÁTICAS ESCRAVISTAS NO
ESTADO DO MARANHÃO NO SÉCULO XVIII: ASCENSÃO DA
FAMÍLIA LAMAINÈRE.**

Trabalho de conclusão de Curso de Licenciatura Interdisciplinar
em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do
Maranhão, Centro de Ciências de Codó, como requisito
necessário para obtenção do título de professor em Licenciatura
Ciências Humanas- História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Alexandre Isidio Cardoso.

CODÓ-MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Henrique Borges Paz Costa, Gustavo.

As conexões de poder e as práticas escravista no Estado do Maranhão no século XVIII: Ascensão da família Lamagnère / Gustavo Henrique Borges Paz Costa. - 2025.
51 f.

Orientador(a): Antônio Alexandre Isidio Cardoso.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2025.

1. Família Lamagnère. 2. Redes de Poder. 3. Matrimônios. 4. Escravidão. 5. Maranhão. I. Alexandre Isidio Cardoso, Antônio. II. Título.

GUSTAVO HENRIQUE BORGES PAZ COSTA

**AS CONEXÕES DE PODER E AS PRÁTICAS ESCRAVISTAS NO
ESTADO DO MARANHÃO NO SÉCULO XVIII: ASCENSÃO DA
FAMÍLIA LAMAINÈRE.**

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr. Antônio Alexandre Isidio Cardoso (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dr^a Cinthia dos Santos Moreira

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Caio Matheus Lima da Silva

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTO

A conclusão de uma graduação é sempre o momento tão esperado por todos, mas esse percurso é realizado por pessoas, que de certa forma influênciam positivamente mesmo ela sendo indireta ou direta nessa passagem do mundo acadêmico para salas de aulas, não desistindo dos estudos mesmo com tantas dificuldades, esboçando não só palavras de confiança, mas com atitudes que não nos deixam estagnar na metade, mesmo com vários bloqueios pessoais foram essas pessoas que me ajudaram chegar até o final. Por isso, seria incontestável não as mencionar aqui, obrigado por todo o estímulo; a paciência e atenção dentro e fora da universidade, quero muito deixar os meus agradecimentos dos quais me fortaleceram e me trouxeram muitos conhecimentos.

A princípio, ao meu orientador Alexandre, me trilhou a escolha do tema desafiador, mesmo não tendo muito contato sempre me chamava atenção para finalização do trabalho de conclusão, dando algumas dicas infalíveis que ajudou muito, agradeço por cada puxão de orelha e correção dentro da sala de aula, você é minha inspiração como professor e ser humano.

Agradeço a minha família imensamente por sempre apoiar os meus estudos, sempre acreditava que eu poderia vencer cada vez mais, mesmo que meus pais estejam longe as palavras deles sempre me confortavam, em especial o meu pai Ocimar Alves que incentivava todos os dias por ligação, a minha mãe Luana Borges que foi o pilar que sustentou essa família desde a minha chegada na cidade até os dias de hoje.

Agradecer ao meu irmão Josias Paz, que nas horas mais difíceis esteve comigo, não deixando que caísse no fracasso de desistir, me deu força do jeitinho grosseiro dele.

Quero agradecer aos meus avós, Almir Ferreira Paz e Maria Borges, meus grandes amores que ainda tenho em terra, falam bem de mim para família mesmo eu fazendo mínimo, mas para eles são enormes, lembro de minha vó falando que o neto querido dele um dia seria doutor, a caminha ainda está longe, mas não impossível.

Aos companheiros, amigos de sala Nelson, Bruna, Veronica, Isabelle e Sheilla obrigado por fazerem parte da minha história na UFMA, aos meus ex-companheiros que não conseguiram finalizar curso e seguiram outros rumos Vitoria, Thamires, Ana Regina e Joyce fica também a minha gratidão, que de certa forma não deram o passo final, sou eternamente grato por terem amizade de vocês, pelo aprendizado, pelas brigas, pelos discursos e acima de tudo o laço de discente para amigos.

Ao Prof. Dr. Alex, que não me chamava pelo nome, mas sim de “gerente”, uma forma de carinho que ele tem pelo discentes, na minha jornada com ele, me orientou indiretamente, ele não percebia, mas eu estava de ouvidos em pé pegando todas as dicas para pôr em prática.

Sei que é clichê agradecer a mim mesmo, nada é comparado a resistência que cada um leva em seus corações, vivi muitas emoções, chorei as escondidas, gritei internamente comigo mesmo, me motivei por tantas vezes para afim eu conseguir chegar até aqui, muito obrigado.

*“Fisicamente habitamos um
espaço, mas, sentimentalmente,
somos habitados por memórias.”
[...]*

(José Saramago).

RESUMO

Este trabalho analisa o surgimento dos Lamagnère no Maranhão ao longo do século XVIII, destacando a sua função na estrutura econômica, política e social da região. A pesquisa informa sobre a genealogia da família, instituída por Arnaud Louis Lamagnère, e sua atuação nas redes de poder locais, em destaque por meio de matrimônios estratégicos que asseguraram a manutenção e amplificação de sua influência. O estudo também investiga a inserção da família nos cargos públicos conectados à fazenda e sua participação na expansão econômica da época, estimulada pela produção de algodão e pelas reformas Pombalinas, além da força de trabalho africana em suas fazendas. Ademais, investiga-se o impacto do trabalho indígena escravizado em meios às fugas e resistências de africanos escravizados, fator determinante para modificações estruturais no Maranhão colonial. A pesquisa baseia-se em fontes documentais, como inventários pesquisados na tese de Antônia da Silva Mota acerca das redes de poder e acordos matrimoniais, comprovando como a família Lamagnère estabilizou sua posição por intermédio dessas conexões.

Palavra-chave: Família Lamagnère, redes de poder, matrimônios, escravidão, Maranhão.

ABSTRACT

This work analyzes the emergence of the Lamagnère family in Maranhão throughout the 18th century, highlighting their role in the region's economic, political, and social structure. The research informs the family's genealogy, established by Arnaud Louis Lamagnère, and its role in local power networks, particularly through strategic marriages that ensured the maintenance and amplification of its influence. The study also investigates the family's involvement in public office connected to the plantation and its participation in the economic expansion of the period, stimulated by cotton production and the Pombaline reforms, as well as the African labor force on their plantations. Furthermore, it investigates the impact of enslaved Indigenous labor amid the escapes and resistance of enslaved Africans, a determining factor in structural changes in colonial Maranhão. The research is based on documentary sources, such as inventories researched in Antônia da Silva Mota's thesis on power networks and marriage agreements, demonstrating how the Lamagnère family stabilized its position through these connections.

Keywords: Lamagnère family, power networks, marriages, slavery, Maranhão.

SUMÁRIO

INTODUÇÃO.....	11
1. ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO MARANHÃO NOS SÉCULOS XVII E XVIII.....	14
2. A ASCENSÃO DA FAMÍLIA LAMAINÈRE NO SÉCULO XVIII: PODER, RIQUEZAS E ESCRAVIDÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA ELITE COLONIAL.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	46

1. Introdução

Em uma alusão do passado nas palavras do historiador Jaime Pinsky, ele definiu os resultados como:

Um químico pode, a qualquer instante, combinar vários elementos em determinadas condições e proporções para comprovar um resultado obtido anteriormente. Poderá também experimentar outras combinações ou ainda se restringir àquela já escolhida, em proporções e condições diferentes, para tentar provar alguma hipótese. O próprio caráter da química é ser experimental, razão pela qual o cientista, utilizando-se de determinada metodologia, pode fazer afirmações universais, fundadas exatamente nos experimentos. (Pinsky, 2020. P-31)

O autor define a química como elementos e pontos combinados para gerar resultados fundados através de experimentos já existentes. Para a história, a matéria-prima sempre será o passado e não haverá atalhos. Enquanto não houver tecnologia capaz de antecipar ou reconstruir fatos do passado e torná-los visíveis nas mídias, historiadores continuarão a coletar fontes históricas para compreender a realidade atual. Tal afirmativa reflete que nem tudo que aparenta ser é, de fato, essência. Diante disso, desenvolvemos teoria e, por meio delas, alcançar métodos que possa proporcionar ao passado resultados adequados.

Entender o passado é algo complexo e ainda duvidoso, apesar das metodologias precisamos fazer algumas perguntas para indicar o começo, meio e fim. Onde começou? Quando iniciou? E como aconteceu? São indagações que muitos historiadores vêm tentando aprofundar seus estudos por meio da historiografia, das análises que muitas vezes difíceis, buscando sempre compreender os processos e desenvolvimentos em relação com social para encontrar a finalidade dos eventos históricos.

As análises realizadas ao longo dos séculos vêm tornando-se cada vez mais investigativas, desde início dos tempos até as sociedades civilizadas, a História para História vem traçando linhas cronológicas e revelando novos fatos. Alguns autores afirmam que, os colonizadores entre séculos XVII e XVIII possuíam conhecimentos, riquezas e mantêm uma religião cristã, por outro lado, os africanos escravizados trazidos da África e indígenas eram tidos como selvagens, pagão e inferiores à sua cor, uma raça impugnant e sem moral, o que na verdade demonstra uma visão eurocêntrica da realidade, além de distorcer o modo de vida de cada um entre os séculos.

No ano de 1755 o Maranhão teve benefícios econômicos através do desenvolvimento agrícola, mesmo possuindo poucos escravos para o trabalho braçal, ainda possuía dificuldade

na mão-de-obra indígenas com a promulgação do Diretório dos Índios por D. José I¹. Desde os idos da colonização discutia-se a proibição deste trabalho forçado e sua substituição pelos africanos (Martins, 2019. P-22).

A implementação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão teve impactos relevantes na economia da Amazônia portuguesa, retratando o esforço da Coroa de manter a Companhia ativa na exploração das drogas dos sertões. As produções no Maranhão, arroz e algodão, influenciaram para as grandes mudanças históricas ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, em destaque no que se refere às dinâmicas da História Atlântica.

Este trabalho estuda a história administrativa do Maranhão, com uma breve alusão às reformas pombalinas, medidas realizadas para assegurar a estabilidade econômica, salientando-se os interesses vinculados às exportações das lavouras de algodão, fundamentais para os lucros da Coroa portuguesa. O objetivo se baseia em analisar a família Lagmagnère sobre os consórcios matrimoniais através das relações econômicas.

Logo, ao tratar possessões ultramarinas no período em que modificações econômicas administrada pela gestão anterior D. João V, sucumbiram drasticamente os rendimentos coloniais, tornando a posse de um novo gestor que pudesse reiterar a economia, Sebastião José de Carvalho e Melo, foi nomeado como secretário de negócios com propósito de levantar os programas de reformas política, econômica e administrativa. Com isso, caberia o estado inserir os africanos como mercadoria para suprir a falta de mão-de-obra, o trabalho seria árduo integração dos escravos no trabalho braçal, por isso, deveria ser um ponto resolver e, de imediato (Silva, 2010. P-38). O mercantilismo constituía um estilo essencial para os interesses da Coroa. Devido a colaboração no tráfico com diversos países e a conservação do monopólio do comércio escravista entre 1755 e 1778 demonstra um cenário de mais de vinte anos de navegações. Nesse sentido, o comércio negreiro atravessava diversos territórios, representando uma circulação mercantil relativamente livre, onde os escravizados eram negociados muitas vezes ao preço de gêneros alimentícios. O alto desembarque de escravos no Maranhão ocorreu em decurso das navegações, o que facilitaria o desembarque dos africanos, além ser o ponto estratégico e mais rápido à investida portuguesa.

¹ “liberdade dos índios e sua tutela, reconhecimento de sua racionalidade, valorização da mestiçagem, imposição da língua do conquistador, formação de sociedade civil (núcleos urbanos), mudança de mentalidade em relação ao trabalho, valorização do trabalho na agricultura e no comércio.” FLEXOR, Maria Helena Ochi. Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão e o Direito Indiano. **Politeia-História e Sociedade**, v. 2, n. 1, 2002.

Desse modo, dissertar acerca do tema é essencial para compreender e desenvolver a escrita e o entendimento historiográfico da construção dos grupos franceses no Estado do Maranhão. Uma vez que, a escolha dessa monografia e a temática em questão, ergueu-se por intermédio da disciplina: Seminário de trabalho final de curso I, lecionada pelo Prof. Dr. Antônio Alexandre Isidio Cardoso, do qual fez o levantamento dos temas com os discentes, e ajudou na fomentação do tema principal, um desafio gigante ao tratar família de elite de origem francesa que se constituiu sobre riqueza e escravidão no Maranhão nesse ínterim do século XVIII. Algumas em destaque como Maria Celeste (2010), Rafael Ale Rocha (2013), Diego de Cambraia (2019) e Lucas Vinicius (2022), me fizeram pesquisar a fundo para definir o tema abordado nessa pesquisa.

No navegar deste estudo, muitas bibliografias que discutiam assuntos relacionados aos grupos franceses no norte do Brasil, difundidas pela historiografia brasileira, além das atividades comerciais, bem como, a venda e compra de cativos que eram tidos como moeda de troca para obter residências.

Assim, para proporcionar as observações deste trabalho final de curso, a colaboração teórica e metodológica se entrelaça no espaço mais bibliográfico sobre o tema. Por estágios, o trabalho baseia-se: pesquisas em artigos científicos, outra em dissertações, em livros e tese, dando como base de informações do SciELO (Scientific Eletronic Library Online), Science direct e Google Acadêmico.

O trabalho final, consiste em explicar os processos de construção do Maranhão brevemente, assim como surgimento dos franceses com o propósito matrimonial. Nesse sentido, foi dividido em dois momentos, a primeira “*Administração política e econômica do Maranhão nos séculos xvii e xviii*”, abordando como tudo aconteceu devido ao comércio e escravidão já na segunda metade do século XVII no Maranhão, voltado economia, processo de habitação escravista e conexões por laços familiares.

O segundo momento, *A ascensão da família Lamagnère século XVIII: poder, riquezas e escravidão na construção de uma elite colonial*, discorrer as agências de consórcios da família, assim como, ascensão da família Lamagnère no Estado do Maranhão pelo uso da mão-de-obra escrava e dos laços matrimônios como instrumento fundamental na consolidação da família e acúmulo de riquezas.

CAPÍTULO 1

UMA EXEGESE HISTÓRICA DO ESTADO DO MARANHÃO E OCUPAÇÃO DOS GRUPOS FRANCESES

No decorrer do século XVIII, o Maranhão já integrava a Companhia de Comércio, uma empresa portuguesa de comércio que tinha como intenção inicial monopolizar a região colonial, enquanto a administração portuguesa enfrentava significativas modificações econômicas e desafios relacionados a colônia ultramarina, resultando em uma crise econômica ocasionada pela escassez de rendimentos. Diante desse cenário, o Marquês de Pombal implementou uma série de reformas políticas, administrativas, sociais e econômicas, com o objetivo principal de aumentar a arrecadação para a Coroa.

Essas medidas refletiam a preocupação em fortalecer a economia portuguesa, especialmente no que se refere aos grandes grupos mercantis, fenômeno que pode ser observado desde do final do século XVII. Portugal vinha de um momento econômico relacionado a descoberta das minas no sertão do Brasil e do afluxo de ouro para metrópole (Martins, 2019. P-19). Dessa forma, as mudanças foram impulsionadas pela composição dos rendimentos nativos, sobretudo na colônia portuguesa. Martins afirma:

[...] dinamização da atividade mercantil, já que as outras nações europeias estreitavam suas relações com Portugal, atraídos pelo ouro brasileiro. Viabilizou-se, assim, uma circulação cada vez maior de produtos e créditos entre os diferentes estados do velho Continente. Contudo, essas relações comerciais foram mais próximas entre Portugal e Inglaterra que tiveram no Tratado de Mathuen, de 1703, a suas ratificações máxima (Martins, 2019. P-19).

Mesmo diante das atividades mercantil e a ligação entre Portugal e Inglaterra o processo afluxo de ouro consistiu em recuar devidamente a fatores como a Guerra dos Sete Anos como menciona Acruche:

O conflito que envolveu, em lados opostos, França e Inglaterra e seus respectivos aliados, Espanha e Portugal, teve implicações em vários pontos do mundo. [...] territórios também estavam em disputa – e a América não ficou imune (Acruche, 2016. P-36).

Devido aos conflitos e alianças entre os europeus, muitas lutas foram emergidas por territórios, ocasionando disputa até mesmo na Companhia Geral de Comércio (CGGPM) foi

constatado uma ampla diversidade linguística no território. No entanto, tornou-se importante adotar medidas organizacionais e métodos alternativos para a catequização dos povos indígenas, referente a língua portuguesa tinha uma insignificante presença na comunicação das pessoas dessa região, inclusive no Maranhão, nos primórdios dos séculos XVIII (Barbosa, 2022. P-16). Os entraves na compreensão da linguagem não se limitavam à inquietação da população indígena, mas também simbolizavam um desafio para os colonos, que haviam assimilado exclusivamente a língua utilizada no cotidiano da colônia, o que impossibilitava as trocas de conversas com os agentes enviados pela Coroa portuguesa, em frente aos impasses de comunicação enfrentadas pela população.

No Maranhão, devido as trajetórias das personagens que atuaram na escravização do norte logo na segunda metade do século XVII e na primeira metade XVIII (Santos, 2009. P-74). As estruturas econômicas foram definidas com base nas atividades agrícolas, destacando-se as lavouras de algodão, com ênfase no setor voltado à exportação. No entanto, ao longo do século XVIII, surgiram problemas decorrentes da fragilidade da moeda, especialmente em algumas localidades. Como solução, adotou-se produção de fios de lã, que, assim como outros produtos, contribuiu significativamente para a recuperação econômica no Maranhão.

As estruturas do sistema colonial, funcionaram como mecanismo para desenvolvimento mercantil, fortalecendo as relações do Brasil colônia com a Europa. Isso se configurou no alicerce dos encaminhamentos político-econômicos de Portugal para com o Maranhão em 1755, mais precisamente quando da implantação da “Companhia Monopolista” (Campos, 2008. P-83). Segundo Marize Helena, relatava-se que, enquanto a expedição, a distinção social entre moradores acontecia por intermédio do uso de vestimentas, característica daquelas com enormes patrimônios financeiros.

Essa ação refletia as dessemelhanças econômicas existentes na região. A legislação pombalina referida provocou conflitos entre os portugueses, pois tinha como propósito reestruturar as atividades escravistas, limitando a utilização da mão de obra indígena na produção e encorajando a substituição pelo trabalho forçado de africanos. Essa modificação impactou exatamente as dinâmicas econômicas e sociais da época, transformando a organização do trabalho e divisão da força produtiva.

Em 1760, a expansão do mercado externo de algodão alavancou a economia, incentivando a produção e fortalecendo as relações comerciais. O cenário possibilitou o desenvolvimento da manufatura na Europa, colaborando para a primeira fase da Revolução Industrial, nesse sentido o autor Lucas Vinicius ressalta aumentos dos preços e demandas do

algodão no Maranhão por interferência de outros mercados produtores de algodão. Os Estados Unidos foram grande concorrência na produção com Maranhão devido estarem:

[...] exportando elevados volumes da fibra ao mercado inglês, principalmente nos anos iniciais da Revolução Industrial. Nessa fase de alta do algodão norte americano, o Maranhão perdeu espaço nas transações de fibra, pois os futuros Estados Unidos já possuíam meios mecânicos que beneficiavam a colheita e os demais processos manufatureiros do algodão. [...] Ficava cada vez mais evidente que o caminho para avançar na produção encontrado pelas elites locais não centrou na busca técnico, mas sim no aumento da importação de força de trabalho de homens e mulheres oriundos do continente africano (Barbosa, 2022. P-22).

A chegada de mais escravizados aumentou a produção de algodão no Maranhão, avolumando a atividade econômica. Entretanto, logo após, as produções têxteis foram suspensas e passou por transformações que afetaram seu progresso.

Mesmo com as técnicas industriais ganhando força mundo afora, ocorreu que, em 1785, por meio de um alvará expedido pela Dona Maria I, reprimiu-se toda a fabricação de têxteis em qualquer parte do território colonial português, quem burlasse a interdição Real estava suscetível a condenação (Barbosa, 2022. P-22).

No entanto, o enfraquecimento dessa restrição em 1785 não travou a reorganização do mercado de algodão, embora não existisse interesse na fabricação da região. Anos depois, o comércio de fibras alternadamente sofreu uma queda grotesca, perdendo os preços mensalmente por peso. Ainda que, pouco se menciona essas produções, o gengibre e o cravo tiveram aumento quantitativo em 1760, de acordo registrado em cartas enviadas ao secretário do ultramar, como menciona Mendonça Furtado:

[...] iam bem algumas das produções que estavam desenvolvendo a pedido da empresa monopolista. [...] um navio era suficiente para despachar as produções maranhenses, mas que, nessa virada de década, já partiram ao menos quatro embarcações repletas de gêneros coloniais em direção ao Reino (Martins, 2019. P-58).

A carta mencionava a manufatura desses bens agrícolas, salientando suas consequências para a exportação. As modificações nos modos de produção mudaram a base de insumos na fabricação de tecidos. A lã, tradicionalmente empregada na Europa, sofreu uma queda significativa, em contrapartida o algodão se estabilizou como alternativa, incentivando novas formas de produção fabril. Essa circunstância resultou no aumento da produção e dos valores

das exportações em meados do século XVIII. A expansão e o aperfeiçoamento do cultivo de algodão consolidaram a agroexportação, virando-a central para a economia do Estado do Maranhão, por mais que, o aparato anterior prevalente ainda exercia influência significativa sobre o comércio marítimo de caráter monopolista. Na década de 1780, houve um notável aumento no número de embarcações, e, ao final desse período, já se previam várias viagens roteirizadas, direcionadas ao fortalecimento econômico do comércio e da capitania:

[...] já eram 28 viagens[...] tendo em vista que, a partir de 1778, extinguiu-se o monopólio, assistiu-se também o crescimento ainda maior da quantidade de viagens partindo de São Luís para o Reino. [...] O estabelecimento do algodão enquanto mercadoria-chave na economia maranhense se daria na década de 1790 [...] crescimento da produção e do número de viagens realizadas entre os portos de São Luís e Lisboa (Martins, 2019. P-61).

No início do século XVIII, a produção de algodão sofreu uma redução no mercado europeu surgindo novos fornecedores concorrentes. A Inglaterra estabeleceu acordos de importação com Índia, enquanto a França, principal produtora de tecidos, manteve um nível de produtividade equivalente ao do algodão. Cabe destacar que a atividade agrícola teve um papel central na economia colonial, viabilizando a inserção de produtos no mercado externo.

Administração maranhense esteve com José Telles da Silva entre os anos de 1784 à 1787, enquanto ele ocupava o cargo de Governador e Capitão-Geral do Estado do Maranhão (Ramos, 2024. P-33). Para garantia do sucesso da governança, José Telles da Silva reuniu aliados influentes, impôs uma forte estratégia política contra rebeldes e adotou uma abordagem mais radical entre colonos e indígenas. No início do século XVIII, algumas cidades tornando-se alvo de transformações no contexto colonial. Todavia, esse processo ocorreu de forma gradual devido à expansão das fronteiras coloniais e à presença de diversos povos indígenas na região, o que, paradoxalmente, contribui para a concretização do domínio colonial

Existia um círculo governativo logo na primeira metade do século XVIII, fazia-se presente Paraíba, Ilha da Madeira e o Estado do Maranhão, a qual deram iniciativa a criação de ouvidorias como representação em processos atribuídos a justiça territorial, sendo diretamente divididas em três:

Ouvidoria-Geral do Estado do Brasil (1549), a Ouvidoria-Geral da Repartição do Sul (1608) e a Ouvidoria-Geral do Estado do Maranhão (1619).¹³ Essas três instituições eram independentes entre si e tinham jurisdições sobre espaços territoriais distintos. À frente de cada uma delas estava um ouvidor-geral nomeado pela Coroa, que tinha atribuições semelhantes aos corregedores de Portugal. Ao longo do século XVII, essas ouvidorias representavam o corpo

principal do governo da justiça no território brasileiro. [...] Ao longo do século XVII, o nome Ouvidoria-Geral da Repartição do Sul foi caindo em desuso e a instituição passou a denominar-se Ouvidoria-Geral do Rio de Janeiro. O espaço privilegiado de atuação do ouvidor-geral era a comarca do Rio de Janeiro, por isso a nova denominação, mas a jurisdição desse magistrado permaneceu sobre todo o antigo território denominado Repartição do Sul pelo menos até o início do século XVIII, quando começou o processo de criação de novas ouvidorias. Segundo informações dos próprios ouvidores-gerais, sua área de jurisdição correspondia a um vasto território que demorava cerca de seis meses para ser percorrido, sendo que, ao longo do século XVII, algumas vilas e freguesias sob sua jurisdição nunca chegaram a receber a visita desse magistrado. (Mello, 2014. P-357)

Além das dominações de cada Ouvidoria, já pensava em criar novos cargos que pudesse centralizar as ações jurídicas em outros locais para monitorar cada região, como menciona Mello:

[...] foram criadas novas ouvidorias em diferentes localidades. Diversas regiões, como São Paulo, Alagoas, Vila Rica, Sabará, Rio das Mortes, Serro Frio, Ceará, Paranaguá, Porto Seguro, Espírito Santo e Santa Catarina, passaram a contar com a presença efetiva de magistrados nomeados pela Coroa portuguesa. Assim, o território da antiga Ouvidoria-Geral da Repartição do Sul passou a ser restringir de fato somente à comarca do Rio de Janeiro. (Mello, 2014. P-358)

O território que se estendia do Rio de Janeiro até o último ponto do Espírito Santo estava subordinado a essa administração. Após um longo período de supremacia dos ouvidores-gerais, responsáveis pela justiça, nos últimos decênios do século XVIII, entre 1790 e 1800, magistrados na América Portuguesa instigaram ações que levaram à administração colonial. Desta forma, por determinação da Coroa, foi instaurada, de maneira arbitrária, estabelecida a partir de sanções jurídicas. Inicialmente, essa função foi executada nas capitanias de Pernambuco e Rio de Janeiro no início do século XVIII.

A criação desse cargo beneficiava os ministros da Coroa que caminhavam a se eximir de processos relacionados à administração da justiça e aos negócios jurídicos, premindo-lhes maior liberdade para correções. Efetivamente, isso resultava no encolhimento da autonomia das câmaras municipais na América portuguesa, subordinando-as pontualmente à autoridade nomeada pela Coroa. Já no século XVIII, entrada Juiz de fora gerenciaram a colônia, as câmaras municipais perderam força em assuntos relacionados atribuições administrativas e financeiras.

Andréa Slemian em “*As cartas de seguro na América portuguesa*” observa correlação das cartas de seguros para além das modificações e que ocorreram durante os séculos:

As cartas de seguro foram extintas no Brasil em 1832 quando da promulgação do Código do Processo Criminal de Primeira Instância. No seu artigo 113, dizia-se expressamente que ficavam abolidas as cartas de seguro “e qualquer outro meio, que não seja a fiança, para que algum réu se livre solto”. Instituiu, por seu modo, o habeas corpus (Título VI do Código do Processo), o qual poderia ser recebido por qualquer juiz de direito ou tribunal de justiça. O silêncio que se seguiria sobre elas certamente estava relacionado com sua associação às formas antigas e tradicionais de justiça (Slemian, 2023. P-115)

Os crimes ocorridos entre os governadores e servidores públicos eram julgados e transitado, quando presos, as cartas servia como instrumento da jurídico para espera fora das prisões ou até livrar-se do julgamento, cabia apenas cargos mais alto da Coroa essa revogação, no Maranhão alguns agentes teve sua liberdade através das cartas.

Em decorrência das disputas administrativas e do ordenamento do governo das monarquias do Antigo Regime – modelo posteriormente retratado na América desde o início da colonização – as funções de poder cruzaram por processo de centralização, resultado na redução da autonomia local. Assim, cabia unicamente ao rei a autoridade legítima para delegar cargos e designar representantes para atuar em qualquer área que julgasse fundamental. Em razão disso:

Eram elas uma forma de proteção contra prisões injustas para que o suposto acusado pudesse “livrar-se solto” do crime, ou seja, pudesse esperar fora da prisão uma decisão sobre a investigação do caso, ou mesmo seu julgamento final. As cartas eram dadas em provisões somente por tribunais ou agentes régios – corregedores no Reino, ouvidores na colônia – e valiam apenas para matérias de crimes e não para cíveis. [...] Tudo indica que, após a instalação desse Tribunal no Rio de Janeiro, as solicitações sob sua jurisdição foram para ele encaminhados: entre os anos de 1753 e 1808 encontramos, no livro de despachos referente a esse Tribunal, um total de 1.630 provisões de prorrogação de cartas de seguro. A partir da sua análise, cruzada com a leitura da doutrina jurídica que remonta à tradição que lhe é subjacente, podemos construir a hipótese de que não apenas eram formas rotineiras e ordinárias, como devem ser entendidas como um verdadeiro direito na forma de um instrumento que amparava os súditos por meio de proteção real. (Selmian, 2023. P-116)

Apesar da ampla trajetória administrativa, que, neste primeiro momento, não será apresentada em ordem cronológica, optou-se por destacar apenas alguns governos e sistemas responsáveis pela proteção contra eventuais penalidades no Brasil, principalmente no Estado do Maranhão. A região colonial possuía baixa densidade populacional, territórios extensos com limitada atividade econômica, dificuldades de comunicação e uma administração corriqueiramente subordinada a outras capitanias. Em 1751, durante a gestão do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na reformulação administrativas do Norte, Fabiano Vilaça destaca que as mudanças na administração do Estado impactaram a cidade do Pará, onde os negócios e o comércio permaneceram por longo período. Todavia, novas unificações administrativas promovidas pelo progresso de disputas particulares.

Os povoadores primeiros foram gente pobre: soldados idos de Pernambuco, mal pagos a ponto de raras poderem calçar sapatos e meias; ilhéus nobres, mas gente necessitada, impelida à emigração pela procura de meios não existentes no arquipélago; soldados rotos e despedidos tomados na guerra e abandonados nas costas pelos holandeses; finalmente degradados. [...] Não guarda proporção com a população o número de frades: o Pará, com oitenta moradores, tem quatro conventos e sai dos moradores a paga de missas, ofícios e enterros, servem grande número de confrarias com grandes e involuntários gastos nas suas festas, porque em serem perguntados, se ouvem apregoar dos púlpitos e não basta o que granjeiam num ano para satisfazer os empenhos desta forçada devoção. Apenas a Companhia de Jesus não pesa sobre a gente, porque a renda concedida pela fazenda real a põe a coberto das necessidades. (Abreu, 2019. P-125)

Muitas das transformações ocorridas entre os habitantes do Pará e o Estado do Maranhão moldaram novas ideologias. Belém passou a idealizar e defender a divisão das duas capitanias. Esse movimento resultou em um parecer favorável da Coroa, que, um ano após a petição, estabeleceu governos distintos para o Estado do Pará e o Estado do Maranhão. Já em 1751, Pará voltou a ser subordinado a Maranhão e medidas extremas concertou o governo para desenvolvimento na área da agricultura.

O cumprimento da lei proporcionou a defesa efetiva contra os adversários castelhanos, reforçando as disputas entre Portugal e Espanha por território, que foram fortemente resolvidas no tratado de Madri em 1750, mas anos depois:

A inversão política-administrativa durou pouco mais de 20 anos. A divisão em duas unidades – Estado do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e

Piauí – foi regulamentada em 20 de agosto de 1772 e concretizada dois anos depois pela provisão de 9 de julho de 1774 (Santos, 2008, p-36).

Devido a um ofício de Joaquim de Melo, coronel da maior patente Póvoas o governador da capitania do Estado do Maranhão após um ano depois em 1775. É importante salientar que o estado mencionado ainda não estava integrado ao Estado Brasil. Maranhão e Piauí conservaram a relação até 1811, ao passo que Grão-Pará e Rio Negro permaneceram unidos até 1850, mesmo após a criação da comarca do alto Amazonas e sua posterior elevação à categoria de província da Amazonas.

A historiografia da América Portuguesa discute as diferenças entre os Estados, ao longo das décadas, perderam autonomia e foram incorporados como regiões de atuação colonial, subordinadas à jurisdição do arcebispado de Lisboa, assumindo uma função de caráter religioso. Nessa circunstância histórico, Fabiano Vilaça analisa as interações presentes nos itinerários e relatos de viagens:

[...] as memórias sobre a formação das capitanias e o seu desenvolvimento ao longo do período colonial, o epistolário dos governadores, sobretudo, quando eventualmente o capitão-general em Belém se comunicou com o vice-rei na Bahia ou no Rio Janeiro, as notícias de descobrimentos no sertão pelos rios. O resultado da incursão historiográfica pode ser a confirmação ou não da ideia de separação. De qualquer forma, é preciso antes romper com o isolamento dos estudos de história administrativa, especialmente no que se refere ao que é produzido na região mais próxima da linha do Equador. (Santos, 2008, p-38)

Nesse sentido, apesar da ideia de separação o desenvolvimento econômico no Maranhão ainda não possuía muitos rendimentos, aliás, uma região pouco produtiva até mesmo na primeira metade do século XVIII, visto que, surgia interesse de várias metrópoles europeias devido à foz Amazonas, proporcionando aumento custos prosseguimento. Todo gasto com as manutenções advém da Coroa, custeando os prejuízos, mas com intenção estratégica em fortalecer o capital metropolitano além de servir com encorajamento as defesas em zonas dos quais os portugueses estavam mais batidos, mas de fato, o capital metropolitano juntamente com a Coroa fora beneficiado com empresas monopolistas. Diego de Cambraia Martins discorre sobre o rápido crescimento econômico e sua influência sobre escravos, devido:

A capitania também vivenciou uma expansão econômica, com maior influxo de africanos escravizados, o que proporcionou um aumento produtivo e a diversificação de gêneros agropastoris. O pequeno grupo de homens de negócios que aqui identificamos, que atuavam tanto no comercio como na

produção, foram de certa forma, suprimidos pela atuação da Companhia ou não tiveram folego para manter os negócios nesta região do Império Português. [...] já que a empresa criada por Pombal era a grande protagonista na dinâmica econômica do Atlântico Equatorial. (Martins, 2019, p-64)

A economia da região foi fortemente dependente extração de madeiras. Entretanto, essa atividade não foi a única de relevância. Do final do século XVII até meados do século XVIII, ocorreu uma insistência na produção e extração de drogas do sertão, o que requisitava a utilização de indígenas tanto para coleta quanto o transporte, serviço que estava sob influência religiosa. No ano de 1751, por meio de licenças régias, foi instituída a lavoura de arroz no Estado do Grão-Pará. As dificuldades relacionadas à mão de obra produtora, além da emissão de diretrizes para a remuneração dos trabalhadores designados para essa atividade.

Os pagamentos, determinados por ordens régias, eram destinados a indígenas e subordinados que atuaram nas lavouras até século XVII. A remuneração em réis eram destinada aos cargos administrativo, militar e provedor, deixando de fora os indígenas que recebia escambo, a remuneração servia como troca em produtos, com tempo alguns indígenas passaram receber salários. Por um bom tempo iniciou um atrito entre provedores e governadores em torno dos pagamentos das tropas, mas também dos funcionários régios subsidiados a sacos de cacau, isso se tornava prejudicial à capitania, pois os frutos da produção não eram submetidos diretamente ao Reino. Entre os anos de 1736 e o final de 1737, houve dificuldade na gestão e na arrecadação de dízimos devido à escassez de recursos:

[...] indígenas para guiar as embarcações para a cobrança nas propriedades no interior, entre outros problemas estruturais, a própria administração da Fazenda Real na capitania não conseguia alinhar seus interesses como o contratador, impedindo assim uma gestão mais eficiente do sistema fiscal, trazendo prejuízo ao negociante e à própria Fazenda. Os dois contratadores mais atuantes que encontramos antes da instituição da CGGPM enfrentaram longas contendas com os provedores locais e não nos parece que se alçaram ao patamar de grandes negociantes. Os contratos dos dízimos, mesmo que nos pareçam uma maneira segura e certa de geração de renda, ao menos no Grão-Pará não se mostraram mais vantajosos do que a extração e venda de cacau para o Reino. (Martins, 2019, p. 93)

Com a falta de mão de obra indígena, houve a necessidade de promover o trabalho escravo africano, a produção agrícola passou a adotar um modelo diferente e favorável ao desenvolvimento de negócios lucrativos. A economia do Maranhão baseou-se nessa carência

para aumentar a produção nos campos agrícolas da CGGPM. Essa companhia promovia a restauração econômica, o dinamismo comercial e diversas oportunidades de concessão de crédito, incentivando o crescimento das produções rurais. Lucas Vinicius faz uma reflexão sobre os financiamentos agrícolas destinados aos colonos, destacando sua influência e impacto no desenvolvimento econômico da região:

[...] incentivos monetários foi sobretudo para a cotonicultura e em segunda providência para a rizicultura, dois produtos que seguiram em processo de evolução nos anos finais do período Setecentista, virtudes de prosperidades auferidas pelo dinamismo da CGGPM. (Barbosa, 2022, p-31)

Considerando o histórico agrícola, a administração, os recursos e a atuação da Companhia de Comércio, formaram-se grupos franceses nas terras maranhenses especialmente em São Luís, estima-se que os franceses já transitaram e moraram muitos antes de 1612 (Sousa, 2007, p-114) mesmo antes da fundação da capital, com objetivo no contexto econômico mercantilista. Muitos lugares tiveram sua origem em um forte, porém nem todas conservaram o nome inicial, como ocorreu com São Luís, podendo confirmar que vários membros incorporaram capital do Estado, o Maranhão.

Os franceses alojados no Maranhão marcaram o início das ações militares no território, refletindo um cenário de defrontação e disputas territoriais. Embora o conflito pelo domínio da região tenha ganhado destaque, o principal objetivo dos franceses era estabelecer um centro colonizador voltado ao comércio. Dessa forma, procuravam exercer influência sobre importantes rotas marítimas, o que intensifica a insatisfação da Coroa Portuguesa, determinada expulsar os imigrantes e preservar seu domínio colonial.

Entre meados do século XVI e XVII, intensificaram-se os conflitos entre franceses e portugueses pela conquista de territórios na América. Em inúmeras regiões do Brasil, incluindo o Maranhão, esses confrontos foram marcados por alianças e planejamentos, como negociação dos portugueses com grupos indígenas para embargar a presença francesa. No decorrer dos anos, persistiram incertezas se estado do Maranhão permaneceria sob domínio português ou uma colônia francesa. No século XVI, visto que, a economia local se desenvolvesse sem uma ocupação francesa consolidada, as tentativas de invasões reforçaram a disputa pelo território. Um dos episódios mais significativos ocorreu em Pernambuco, ponto estratégico para o fornecimento de pau-brasil, onde os portugueses combateram intensamente as práticas de contrabando franceses. Com o tempo, o norte do Brasil foi dominado pelos portugueses.

Já no século XVII, os franceses lançaram uma nova investida para colonizar o Maranhão, uma região menos explorada em comparação com suas tentativas anteriores. Dessa vez, embora houvesse um forte interesse político, a Coroa Portuguesa respondeu com rápidas ações diretas para preservar sua soberania territorial diante do avanço francês. Apesar das sucessivas derrotas, os franceses continuaram interessados na costa norte do Brasil, mantendo sua ambição sobre a região.

O retrato do francês no Brasil era de piratas, alimentada pelo imaginário Luso concretizada pelo modo de vida rude. Os conflitos históricos envolvendo os franceses são analisados sob uma nova perspectiva dialética dos direitos e extensão europeus sobre o Novo Mundo, baseado na ocupação efetiva e não em direitos concedidos pelo Papa (Perrone- Moisés, 1996. P-2).

De certo modo, os franceses utilizaram de métodos rápidos para alcançar os indígenas. Uma das maiores técnicas utilizada por eles, aglutinava pequenos grupos de rapazes advindo da França com finalidade aprender todos os costumes e língua de caráter indígena e só assim depois retornar para país de origem ensinar o que absorveram. Segundo Fernando Dias em “Mamíferos da França Equinocial (Maranhão, Brasil) de 1989”, falava dos membros e associações religiosas francesa diante das interpretações e leituras compartilhava das mesmas informações do manuscrito dos capuchinhos e portugueses, cabia o contexto da leitura relatos e desenhos de animais e plantas, bem como a vida dos aldeões.

Segundo Castelnau-L’Estoile, os dois capuchinhos Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux não sabiam a linguagem local, necessitaram de tradutores, ou seja, de intérpretes franceses que moravam no Brasil, onde as atividades comerciais proliferaram a retratação da aventura colonial francesa equinocial. Ainda segundo Castelnau-L’Estoile, admite-se que, além da língua e das alianças, era necessário:

[...] da reescrita e da formatação que implicam a versão final dos tratados, tais discursos e conferencias, atribuídos aos índios, referem-se às conversações e trocas que aconteceram entre os capuchinhos franceses e os índios do Maranhão. Essa conversação tem como tema principal, o processo de transformação desencadeado pela presença dos missionários, a cristianização a Deus, referindo como Tupã (Castelnau-L’Estoile, 2013. P-5).

A união matrimonial entre indígenas e franceses também envolvia alianças e acordos, especialmente diante do empenho dos pregadores em introduzir o casamento cristão entre os povos originários, assim como havia casamentos também com os portugueses. Segundo o autor

Bruno Rafael e Giovani José no ano 2019 em “Sobre vivências negociadas: Indígenas e jesuítas franceses no Oiapoque Setecentista”, percebe-se a estrutura política voltada as ações missionárias, perpassando rapidamente por toda faixa da costa ao norte do Brasil, de fato, a busca crescente pelo litoral até chegar no Amazonas foi idealização francesa, que resultou ruptura da trégua iniciando novos conflitos até convenção da retirada dos mesmos. Conquanto, os indígenas eram enviados em missões, afinal ninguém melhor do que os próprios indígenas para serem guias, remadores, pilotos de piroques (Andrade, 2019. P-375). Verdadeiros conhecedores da terra e grandes negociadores de mercadorias, mas que vivenciavam uma profunda desigualdade, a diminuição ou saída para esse agravo era criar laços com quais estavam propício a conversação. Afinal, devido a chegada e constantes violências por partes europeus, os indígenas foram incorporando outras redes relacionais e sendo emaranhados nas teias de significados tecidos pelos jesuítas (Andrade, 2019. P-375).

Os extensos territórios nos primeiros anos da conquista colonial tornaram-se palco de ganância, dominação e escravidão, configurando, no século XVIII, a celebração de tratados e divisão dessas áreas entre grupos distintos, mas com propósitos semelhantes. De um lado, os espanhóis; de outro, ingleses, holandeses e franceses, estabelecendo fronteiras delineados pela administração de cada colônia e abrindo espaço para o surgimento de uma civilização multifacetada, delimitada por territórios. A representação fronteira de uma sociedade composta por diversos grupos destaca-se como uma paisagem ambígua, que permeia e orchestra a história social do Brasil, estruturando-se em pilares culturais, políticos e econômicos que se transfiguram ao longo do tempo.

No final do século XVII para XVIII, uma extensa área ocupada por indígenas foi tomada por traficantes com o propósito de exploração comercial, meio que visava resolver a escassez da mão-de-obra. Em razão disso, os conflitos entre portugueses e franceses (Marin, 2003. P-6), tornava-se mais aparentes por todo litoral. As cartas enviadas a Coroa suplicavam para houvesse uma saída a falta de trabalhadores que tivessem utilidade e subserviência, na descrita das cartas falava da Capitania Geral do Grão e Maranhão e os pedidos por negros escravizados:

[...] V. Majestade na América portuguesa, obtiveram em resolução de dezessete de Julho de mil setecentos e cinquenta e dois, expedido em provisão do Conselho Ultramarino de vinte e dois de Novembro do mesmo ano, a faculdade de formarem uma Companhia para resgatar os ditos escravos na costa de África, a qual com efeito propuseram no sobredito plano de quinze de Fevereiro do ano próximo passado e carta de quatro Março do mesmo ano, há V. Majestade por bem que a dita faculdade tenha o seu cumprido efeito nesta Companhia, para que só ela possa exclusivamente introduzir os referidos

escravos negros nas sobreditas duas Capitanias e vende-los nelas pelos preços em que se ajustar, pagando os costumados direitos à Real Fazenda de V. Majestade (Carreira, 1988. P- 18.).

A carta expedida continha um pedido de auxílio à Companhia para a integração de negros nos centros de produções e dependências comerciais, a qual introduzia, no Estado do Maranhão, o maior número possível de escravizados, os quais foram transportados com a máxima diligência dos portos de Cacheu, Bissau e Angola (Carreira, 1988. P-62), a proposta seria o aumento de escravo, principalmente no Maranhão por já possui grandes lavouras e muitas fazendas de senhores em situações financeiras delicada, aliás quando ratificado escravidão indígena é colocada com foco, o recluso africano torna-se a ser legitimado em oratórias dos intelectuais colonizadores.

Eventualmente, a posse de cativos houve um aumento considerável entre 1810-1850, segundo os autores Antônia da Silva e Daniel Sousa 2017, revela que os proprietários rurais eram que “concentrava a quase totalidade dos cativos examinados, perfazendo a elevada média de 89% escravos por plantel” (2017. P-14), sendo após a segunda metade do século XVIII esse número já havia ultrapassado, pode ocorrer erros preexistente, no entanto, faz-se presente e provável o mecanismo de tráfico de escravos para referida Companhia.

Os registros analisados apontam a falta da presença feminina traficadas para América, os padrões comuns baseavam-se nos corpos masculinos para trabalho braçal, a mudança ocorre quando os portugueses percebem que ao invés de um poderia ser 3 ou mais, aliás as escravas possuíam perspectiva de procriação, aumentando o número comércio feminino no ano 1810 no Maranhão, servindo de domesticas, objeto sexual dos senhores e amas de leite. O monopólio do comércio escravagista impactou a estrutura social do Maranhão no século XVIII, intensificando a miscigenação através da união entre colonos e grupos indígenas, além dos casamentos matrimônios estabelecendo vínculos entre senhores de terras e muitas das vezes funcionários públicos com moças de família rica, gerando redes de relações e ascensões.

CAPÍTULO 2

A ASCENSÃO DA FAMÍLIA LAMAIGNÈRE NO SÉCULO XVIII: PODER, RIQUEZAS E ESCRAVIDÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA ELITE COLONIAL.

As atividades comerciais no Maranhão encorajaram o aumento da imigração de estrangeiros e a expansão da propriedade rural, como consequência houve transformações econômicas e alterações na composição demográfica da região. Logo na metade do século XVIII a população em São Luís já ultrapassava muitas faixas territoriais, estimativa que a população de São Luís nesta época poderia chegar a trinta mil habitantes (Mota, 2006. P-69), em meios de escravizados e senhores de fazendas, a qual a Companhia alcançou monopólio gerado pelo comércio de escravizadas, consiste em salientar que, apesar do crescimento exponencial da mão de obra o cultivo monitorado da Companhia de Comércio exigia em ritmo cada vez mais rápido do trabalho na lavoura. O modelo exploratório de base econômica foi estimulado pelos lucros alcançados pelos portugueses por intermédio das companhias monopolistas, consolidou a posição de proprietários rurais e amplificou as atividades de barganha. Várias famílias, interessadas por essa dinâmica, investiram recursos no sistema monopolista, firmando ainda mais a acumulação de terras e riquezas.

Antônia Silva Mota aponta que, desde meados do século XVII, a população do Estado do Maranhão superava a de muitas outras colônias (2007. P-17). No século XVIII, esse crescimento foi impulsionado pela presença de fazendeiros rurais e pelo uso da mão de obra escravizada, o que possibilitou ascensões familiares e a formação de sociedades elitizadas.

O autor Paulo Juracy Carvalho Neto, discorda de Antônia Mota quando fala que as estratégias econômicas partiram de alianças entre famílias em investimento em monopólios, ele por sua vez, acredita nos agentes mercantis responsáveis nos análises de créditos, de modo que, certos produtos eram comprados e vendidos fiados em praças no Maranhão, muitos dos interessados acumulavam dívidas enormes e, único meio seria os créditos em praça. Paulo Neto (2023. P-18) em análise dos documentos e inventários, percebeu as relações financeiras e de vida a partir do material coletado, atestando sobre a vontade do testador na avaliação dos bens distribuídos, bem com os inventários levados em consideração se nos atos citados ou não as partes divididas com descendentes, em resumo, aqueles que não possuem riquezas, mas beneficiavam-se de algum órgão público se familiarizavam com filhas de senhores donos de terras ricos, na perspectiva de um futuro melhor, constituindo redes de relacionamentos matrimônias, a concretização de alianças e consórcios matrimônias.

Para Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz, define família no processo de arranjos matrimoniais e subdividido, segundo ela, muitas vezes a solidificação das interligações conjugais, não existia fidelidade que a ilegitimidade da família exibía jogos de interesse, modo pela qual, século XVIII os padrões das relações colonial baseava-se pelo poder e justiça eclesiástica (2007. P-11,14).

A defesa da família está relacionada à hierarquização, na qual um grupo é organizado em torno de seus chefes, geralmente o patriarca, responsável pela casa. No entanto, Antônio Mota destaca que, embora não contrarie os outros autores citados, a família era compreendida como um grupo que ia além dos laços de consanguinidade e da coabitação, podendo abranger membros de outras famílias, sugerindo relações rituais, como as de compadrio, ou de aliança política (Mota, 2007. P-22).

A união por meio do casamento entre herdeiros reitera relações moldadas pelas atividades agrícolas e econômicas. Ainda que, as escolhas fossem, em muitos casos, unilaterais, direitos coletivos eram transmitidos como herança ao grupo familiar, particularmente quando os matrimônios se consolidavam. Esses processos espelhava a estrutura social do período colonial no século XVIII.

Elizabeth Sousa Abrantes fala em “*A cesta da noiva: o uso do dote nos arranjos matrimoniais- Maranhão século XVIII*”, era comum pela sociedade-elite ou não, no século mencionado, diversos manifestos de doações de meninas entre idades 12 e 18 para recolhimentos e instituições eclesiásticas, quando não, as famílias as instituía aos dotes em promessa de matrimônio. Para Mota, as relações familiares coincidiam em negócios, declarados nos testamentos, a partilha de filhas dava-lhes sobretudo ampliação do poder, além autoridade de seu sobrenome mediante dos casamentos, fortalecendo as redes familiar no norte do Brasil. Abrantes menciona:

Os testamentos são importantes fontes de informações sobre a vida conjugal, os regimes de transmissão de bens, incluindo as características da prática do dote na sociedade brasileira, sendo possível acompanhar, através desses registros, algumas mudanças no costume do dote. O testamento de dona Lourença Távora põe em evidência vários aspectos relacionados ao uso do dote na sociedade colonial maranhense e sua estreita vinculação com os arranjos matrimoniais no período (Abrantes, 2013. P-2)

Na visão da autora, as relações econômicas, políticas e sociais, era visto em caráter da prática de poder, assegurando a aprovação social dos sujeitos e os direitos monetários. No entanto, a prática mencionada estivesse majoritariamente ligada às mulheres, o dote surgiu

como uma instituição fundamental para homens de baixa condição econômica, incluindo militares e representantes da Coroa, que buscavam acesso à herança de famílias proprietárias de terras e pessoas escravizadas. Abrantes corrobora a análise de Mota ao afirmar que:

O casamento, de ordem ao mesmo tempo espiritual e civil, resultava na legitimação automática dos filhos naturais nascidos dos esposos antes e depois do casamento, na obrigação de coabitação, indissolubilidade dos laços matrimoniais, superioridade e autoridade do marido como cabeça do casal. O casamento implicava em muitos interesses materiais, como herança e administração dos bens do casal, entre os quais estava o dote, por isso, entre as famílias de posses, o casamento era considerado primeiro como um negócio e, secundariamente como um assunto sentimental (Abrantes, 2013. P-3).

A formação de grupos familiares elitizados no Estado do Maranhão aconteceu na segunda metade do século XVIII. Colaboradores da Coroa Portuguesa migraram para a colônia, onde estabeleceram alianças com colonos já instalados. Segundo Edyene Moraes dos Santos Lima, esse mecanismo social, originado no período colonial, retrata predominância de funcionários ocupando cargos de gestores de mercado. A autora também destaca que a liquidez das relações abalou significativamente a:

Presença de estrangeiros, vindos especialmente da Irlanda, França e Inglaterra. Alguns dos sobrenomes mais importantes do cenário político maranhense possuem essas prováveis origens, como Belfort[...] Lamagner, Launé e Guilhon (de origem francesa) (Lima, 2009. P-27)

As amplas alianças matrimônias, na perspectiva de Abrantes, formadas por grupos e proprietários no Maranhão, têm origem em processos de negócios. Segundo Abrantes, é possível que as famílias não estivessem envolvidas nesses vínculos matrimônias por meio interesse econômico, mesmo com intuito de promover benéficos entre os envolvidos. Mota age diferente quanto afirmação de Abrantes, no Maranhão, por exemplo, o entrelaçamento das relações familiares e dos negócios fica bem evidente no testamento (Mota, 2007. P-24), que não existia chance alguma dos casamentos serem apenas interesse mútuo, afinal a espinha dorsal ocorria nas nomeações os cargos governamentais, fazendas e principalmente de escravizados. Simultaneamente as ações comerciais de Lourenço Belfort genro de Felipe Marques de Silva, uns dos primeiros provedor-mor da Fazenda fez-se presente inicialmente nos anos de 1744 a 1759, passando por vários cargos como vereador, juiz de Fora e Ouvidor-geral além de outros cargos, pelos quais só poderiam ser assumidas por vereadores competindo as ações judiciais de órgãos e crimes. Embora boa parte de sua vida Lourenço não possuísse

riquezas, compreendeu e utilizou a boa fase econômica do Maranhão para adquirir e conquistar várias propriedades na ilha de São Luís, casarões e fazendas eram as principais escolhas por meio da união entre famílias em especial com sogro fazendeiro, dono de extensas propriedades rurais e numerosos escravos, Lourenço rapidamente aumentou seu capital, estabelecendo-se como a família mais rica da região. Segundo Mota, no século XVIII, dois nomes ligados à colonização ocuparam cargos de alta patentes como “desbravadores”. Lourenço Belfort e Antônio Gomes de Sousa expandiram territórios por meio dos rios, fortalecendo não apenas seu domínio regional, mas também suas conexões com o poder. Por esse motivo, autora comenta:

Valia muito ser reconhecido como o pioneiro, o desbravador. Isto porque, além da posse, fazia-se necessários também a legitimidade das terras conquistada. Porquanto, para quem tinha pretensões de mando, era vital também a aliança com os membros da administração reinol. Estes conheciam os trâmites burocráticos ao tempo em que poderiam ser fortes aliados na empreitada junto às instancias de poder constituído. [...] vemos então que foram bastante oportunos os dois casamentos do “desbravador” Lourenço Belfort, pois como ele mesmo escreveu em seu testamento, não era possuidor de fortunas de família. (Mota, 2007. P-26).

Alguns historiadores apontam que os homens donos de terras não esperavam a morte “bater na porta” para fazer os testamentos. Paulo Neto (2023. P-20) confirma que, a insegurança e preocupação dos civis baseava-se não nos últimos momentos finais da vida, mas com a causalidade referida ao seu corpo, para ele a motivação inicial dos testamentos era como engrenagem para salvação da alma e não pela simples declaração redigido que fornecia à administração e composição de bens, em meio a uma sociedade cada vez mais cristã, visando a religião com ponto de partida para salvação da alma, idealizava a visão de um mundo pós-morte constituída com base na realização das escrituras dos testamentais, permitindo o testador determinar a ordem dos seus bens para quem fosse, só assim estaria em paz.

De acordo com Edyene Lima (2009), ao longo do século XVIII a família passou estabelecer grandes atribuições econômicas e ascendências partindo das alianças na rede familiar da capitania:

São justamente na organização, nos laços de cooperação mútua e na coesão familiar que estiveram assentadas as bases de sobrevivências e ampliação dos poderes familiares. A busca de consórcios e o estabelecimento de laços, afetivos ou não, com outras famílias, foi o que possibilitou o alcance do prestígio social necessário e a expansão das metas. (Lima, 2009, p.31).

De certo modo, a presença de famílias de colonos portugueses estruturou uma sociedade que reproduziu os vínculos estabelecidos entre diferentes grupos. Em resumo, os relacionamentos entre portugueses e estrangeiros baseavam-se em trocas e concessões. Nesse contexto, muitos membros de famílias conseguiram alcançar seus prestígios que influenciou a organização conjugal dos proprietários rurais e senhores de escravizados desde o século XVII até o século XVIII.

Os processos matrimoniais marcaram o início ciclo de alianças familiares, como destaque a família Lamagnère, de origem francesa. Arnaud Louis Lamagnère, nascido em setembro de 1695 na cidade Baiona ao Sul de França fronteira com Espanha, faleceu no ano de 1764 aos 68 anos, foi o primeiro capitão de navios de seu grupo e mais conhecido, casou-se com Catherine Belloq em 26 de setembro de 1695 na França, faleceu em 1774 aos 94 anos, a união das famílias gerou 8 descendentes, dentre eles Pierre Lamagnère que nasceu em novembro de 1711 e casou em 18 de junho de 1742. Mota fala que:

Graças aos seus esforços e, com certeza, ao casamento com Isabel Lopes de Sousa, este Francês também prosperou. A moça era trineta de Antônio Muniz Barreiros, que no século XVII foi capitão-mor e governador da Conquista do Maranhão aos holandeses (Mota, 2007, p.28).

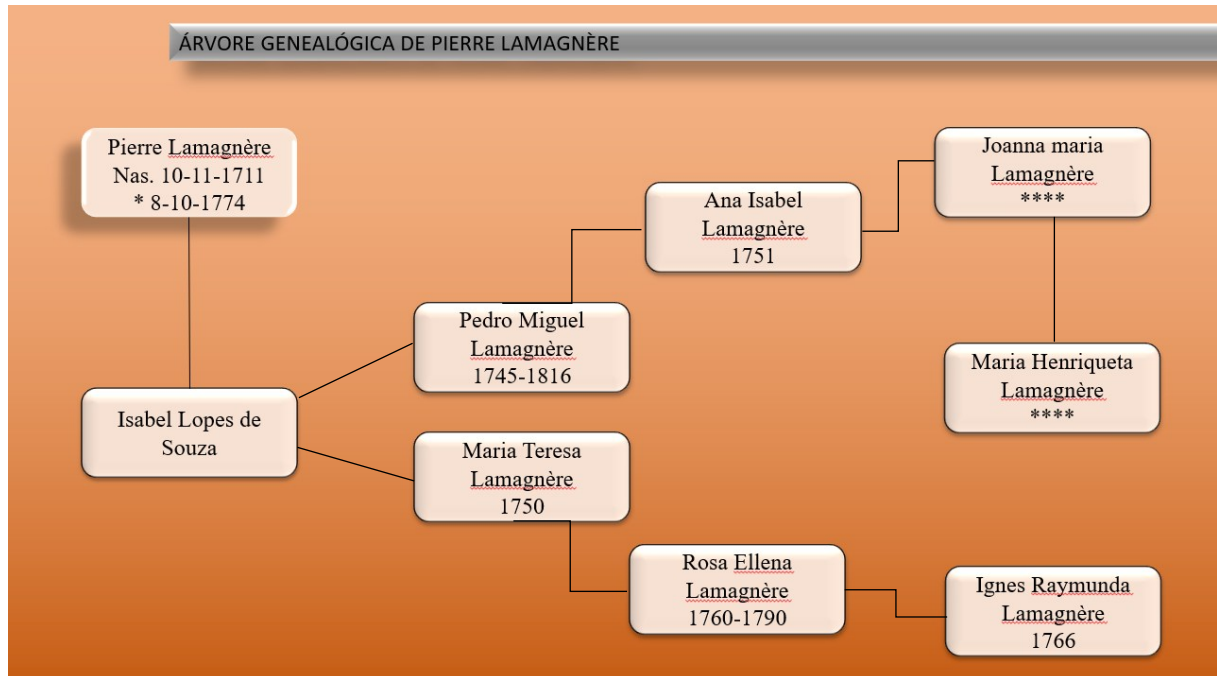
Segundo ainda Mota, esse casal, Isabel e Pierre constituiu uma linhagem de 8 filhos na maior parte mulheres, Rosa Ellena, Maria Teresa, Ana Isabel, Francisca Izabel, Ighes Raymunda, Joanna Maria, Maria Henriqueta e único filho primogênito homem, Pedro Miguel Lamagnère, que alavancou pela relevância da família, conseguindo chegar ao cargo “Almoxarife da Fazenda”, proferida por um capitão-mor conhecido de sua mãe.

A genealogia da família em época que os cargos públicos conectados principalmente à Fazenda posicionavam este grupo familiar em lugares hábeis dentro das várias outras camadas coloniais. Os funcionários vinculados à Fazenda Real obtinham sua remuneração a partir de três fontes primárias: salários, taxas e gratificação, provenientes da arrecadação dos contratos de impostos.

Os salários representavam uma parcela reduzida da receita total, correspondia acima de 9%. No entanto, as taxas “emolumentos” advém dos rendimentos equiparado acima de 78%, da renda dos colaboradores. Embora esses valores estivessem diretamente ligados ao desempenho econômico anual, a gratificação dos oficiais da Fazenda dependiam tanto do fluxo de embarcações no porto quanto da arrecadação dos tributos. De certa forma, esses cargos tornavam muito cobiçado, não pelos salários mensais pagos pelo estado, mas a princípio pelos

valores cobrados pela Coroa, permitiam que fossem recolhidos da sociedade, refletindo apropriação do lucro social.

Figura: Árvore genealógica Lamagnère.



Fonte: <file:///C:/Users/Gustavo%20Paz/Pictures/Pierre%20Lamagn%C3%A9re%20-.html>

fontes: **Juliana Augusta PEREIRA MACHADO**. Imagem gerada pelo PPT: A árvore genealógica 2025

A influência e a experiência de Pedro Miguel Lamagnère o tornaram um dos proprietários rurais mais proeminente no decorrer do auge econômico do Maranhão. A relevância dessa família para a economia pode ser observada na análise das primeiras propriedades estabelecidas na região, muitas delas de origem Lamagnère.

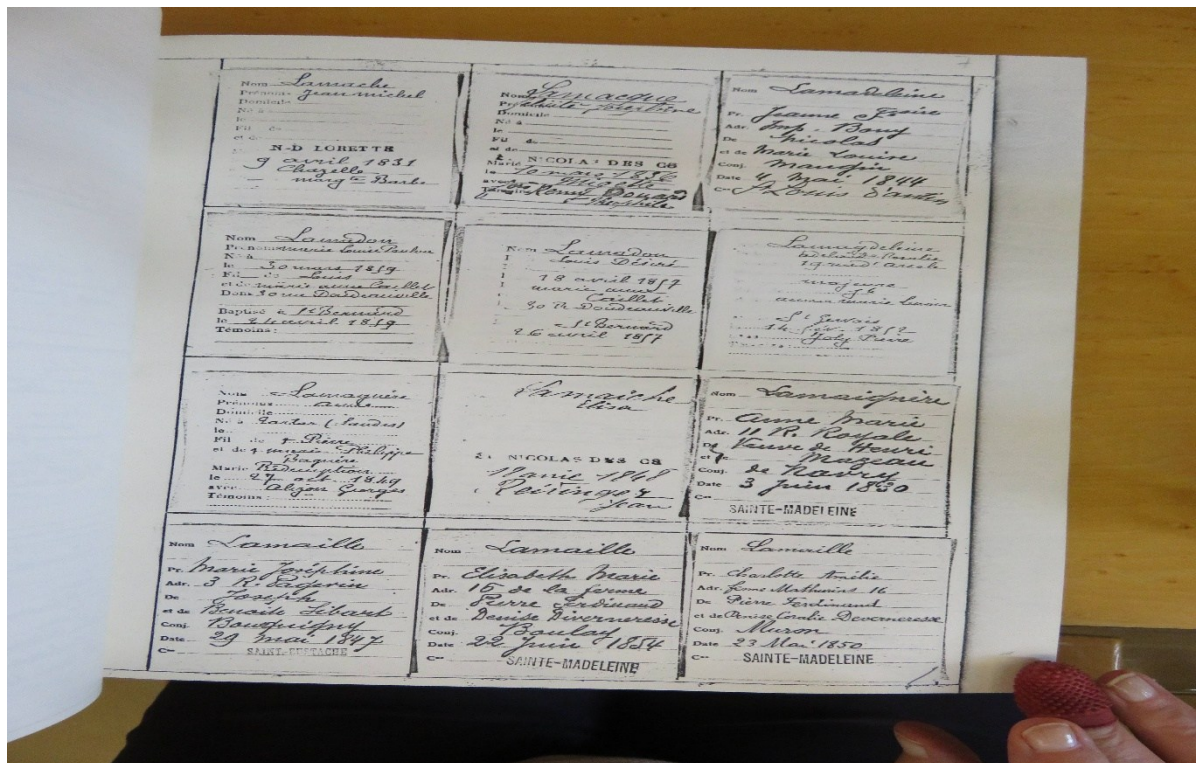
Mesmo após a instauração da Companhia, sua importância residia mais no conhecimento estratégico do que na riqueza acumulada, embora essa família tenha acumulado fortunas extraordinárias. Segundo Mota, muitas relações foram modeladas por interesses financeiros entre elites, em particular em relação à Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Somente após a segunda metade do século XVIII, uma correspondência oficial da Companhia reportava nomes de lavradores cuja influência estava diretamente ligada a laços de parentesco.

Parte dos conquistadores na Capitania do Maranhão não possuía ascendência unicamente portuguesa, conforme revelam documentos da Coroa Portuguesa. Isso mostra que não tinham pleno controle sobre a região norte do Brasil, já ocupada por estrangeiros. Pedro Miguel Lamagnère casou-se com Ana Rosa de Araújo Cerveira em 1770, com quem teve vários

filhos. A formação de alianças familiares por meio do matrimônio solidificou a posição social conforme declara Edyene:

Após o enlace inicial dos Belfort aos Ewerton Lourenço Belfort casou três de suas filhas com funcionários régios. Sua quinta filha casou-se com fidalgo Aires Carneiro de Sousa-Maior, o que rendeu a Lourenço a progressão de sua carreira em postos militares. A seguir, dois filhos do patriarca uniram-se a duas irmãs da família Lamagnère (Lima, 2009, p.35).

Figura 2: Registro de casamento Anne Maria Lamagnère.



Fonte: <https://pt.geneanet.org/registos/view/31006/8>

[AD75 Mayet T139] - Paris (Paris, França) - Registo civil compilado de Paris, França, Coleção Mayet | 1795 – 1862.

Figura 3:

Tipo de registo : Casamento ou Divórcio
 Sobrenome : LAMAGNIERE
 Nome próprio : Anne Marie
 Paróquia : Sainte-M
 Sobrenome do pai : LAMAGNIERE
 Nome do cônjuge : de NAVRY
 Nome de família do antigo cônjuge : MAZEAU
 Nome próprio do antigo cônjuge : Henri
 Data do acontecimento : 03/06/1830
 Criado/Atualizado por : 2720

Fonte: <https://pt.geneanet.org/registos/view/31006/8>

[AD75 Mayet T139] - Paris (Paris, França) - Registo civil compilado de Paris, França, Coleção Mayet | 1795 – 1862.

Duas figuras também tiveram papel relevante na rede de famílias: Maria Thereza e Ana Isabel Lamagnère, filhas de Pierre Lamagnère. Maria Thereza casou-se com Antonio Belfort em 1748, enquanto Ana Isabel uniu-se a João Belfort em 1742.

Os enlaces matrimônios eram uma ferramenta essencial para a manutenção da posição social, e os jovens eram imprescindíveis para a continuidade do grupo. Entretanto, existia prejuízo para aqueles que não respondia aos princípios estabelecidos na escolha do cônjuge. As famílias supervisionavam o firmamento das uniões com base na posição que ocupavam na sociedade, mas não eram as únicas responsáveis por esse controle. O matrimônio também era regulado pelas autoridades eclesiásticas. Antônia Mota afirma que:

Apesar das queixas do governador em exercícios e dos opositores da parentela na região, o casamento entre os noivos de condição desigual acabou acontecendo, o dote oferecido pela rica família da moça se sobrepôs às normas que regulavam aquela sociedade (Mota, 2007, p.37).

A maior parte dos funcionários régios que compunham essa elite era originária de Lisboa, com predominância da região de Estremadura, no oeste de Portugal, conforme indicam os registros. Todavia, salvo o ex-governadores, esses indivíduos não pertenciam à nobreza reinol, sendo majoritariamente profissionais como cirurgiões, capitães, sargentos e advogados. Ao chegarem ao Maranhão, estabeleceram alianças com famílias já consolidadas na região. Embora alguns acumularam grandes fortunas, a maioria conciliava atividades na produção agrícola com a atuação na estrutura militar, onde alcançaram cargos de destaque, isso provavelmente a condição de europeus, de pele branca, fosse interessante para as famílias que buscavam se destacar numa sociedade de homem de cor (Mota, 2007, p.37)

As relações econômicas atuante na capital de São Luís e a representatividade do Rio Itapecuru, deram aspectos estrutural para factibilidade econômica no século XVIII. Segundo Antônia Mota,

À fertilidade das terras ribeirinhas juntava-se rio navegável que adentrava pelo interior do continente, que facilitava o transporte de escravos e insumos como também o escoamento da produção até o porto de São Luís. (...) A partir da segunda metade do século XVIII, a ribeira do Itapecuru passou a ser largamente palmilhada pelos moradores da Capitania. (...) A parti daí, recrutado através do casamento, o novo membro da família torna-se proprietário, ascende socialmente. (Mota, 2007,0 p.38).

O pedido por sesmarias era feito rigorosamente ao governador, em particular por aqueles que possuíam um grande número de escravizados o cultivo da terra, mas não desfrutavam de espaço suficiente para expandir a produção agrícola. Por esse motivo, concessão de terras eram efetivadas ao longo das margens do rio. O capitão Manoel Bernardes Lamagnère, filho de Pierre, manteve uma relação com Rosa Elena Tavares, viúva proprietária de fazendas. Mota conceitua que esses encontros entre eles:

[...] resultou o filho que a mesma havia tido antes de casar-se. Era Arnaldo Lamaganère, que estava com dezoito anos quando sua mãe morreu. Foi o referido capitão quem pagou as despesas com funeral e enterro de Rosa Elena. Por conta da relação estreita da viúva com o capitão Lamagnère, foram anexados aos seus inventários prestações de conta (Mota, 2007, p.141).

De certa forma, acumulação de terras era prática essencialmente reproduzida por grupos de elite social. Assim com os Belfort, os Lamagnère como Pedro Miguel recebeu cinco dos setes terrenos solicitado. Uma política dotada em princípios e relações familiares. Logo metade do século XVIII, foi dissolvido as partilhas sesmarias, conforme apropriação de terras mais escravizados e crioulos eram obtidos, além do aumento da linhagem consanguinidade e aumento das suas propriedades pelas extremidades do Itapecuru. Muitos usado em documento, para que concedessem adoções sesmarias, foi o caso de D. Francisca Izabel Lamagnère que nasceu cerca 1803 em São Luís, “implorou” terras para que fixasse sua lavoura, pois ainda não a tinha recebido alguma, no documento petição três léguas de comprimento a beira do Rio Itapecuru. Antônia Mota chega a comentar que:

A porção de terra lhe foi concedida. O pai da suplicante, Pedro Miguel Lamagnère, morreu 1816. A partir da relação de seus herdeiros observamos que D. Francisca Izabel era sua filha e à época em que lhe foi passada carta de sesmaria contava apenas sete anos de idade! Difícil imaginar como esta poderia “fazer face ao Gentio” e titular de duas doações sesmarias, conseguiu títulos para todos os seus filhos: Pedro Nolasco, Arnaldo Pedro e D. Amália Francisca, todos em tenra idade. [...] Em um documento de 1814, à folha 05, constam as atribuições de Pierre Lamagnère: “capitão do regimento de milícias de São Luís e do mesmo cidadão, da governança de sua república, vereador mais velho, juiz pela lei nos Juizados do geral e dos órfãos, presidente da Câmara, provedor dos bens e fazendas dos defuntos e ausentes capelas e resíduos e mais cargos” (ATJMA, Inventário de Theodora Joaquina Ferreira, 1814, fl. 27). (Mota, 2007, p.42).

Como de costume, os patriarcas de cada família eram corresponsáveis por auxiliar os novos membros na obtenção de terras, predominantemente por meio de sesmarias, mas também por aquisição ou espólio. Ademais administravam os recursos disponíveis em favor de seus herdeiros, assegurando-lhes as condições necessárias para a manutenção de novas unidades produtoras. Contudo, os vínculos familiares eram conectados por intermédio do endividamento mútuo, configurando uma estrutura de cooperação em que, manifesta a solidariedade e enriquecimento coletivo familiar.

Os inventários post mortem simbolizam um indicativo primordial das mudanças sociais referidas aos moradores da capital São Luís, em especial o grupo Lamagnère. As interligações das redes de virtude, dar-se-á em instauração as produções agroexportadoras, além das várias formas compactas sobre as riquezas adquiridas pela família de elite sobre a mão de obra escrava. Entender a grande fortuna maranhense da família em questão, é saber o processo inicial e fundamental e do manejo das atividades produtivas. Segundo Mota sobre os inventários:

[...] bens era obrigatório e tinha data limite para ser iniciado. Era feito a partir de um pedido da família ou do juiz dos Órfãos, especialmente quando havia menores entre os herdeiros. Nestes documentos praticamente todos os bens materiais eram descritos e avaliados, por mais ínfimos que fossem. [...] estes processos dividiam-se em três partes. Na parte inicial consta um termo de abertura trazendo data, nome do inventariado e inventariante, a enumeração dos herdeiros diretos, assim como o local de residência do morto. Na segunda parte, depois de feita a avaliação pelos comissários, eram relacionados os bens, divididos por itens: ouro, prata, escravos, bens de raiz, imóveis, ferramentas, roupas e as dívidas. Com certeza, no sentido de justificar a quantia atribuída, os comissários avaliadores apresentam um conjunto de informações que enriquecem a listagem. Por exemplo, ao valorar uma terra, estes indicavam antes sua localização, área e qualquer acréscimo que esta possuísse, como a proximidade do rio, a existência de benfeitorias etc. Ao listar os escravos, acrescentavam sempre sua idade aproximada, etnia e alguma enfermidade, caso esta houvesse (Mota, 2007, p.47).

A contabilidade dos bens, preparava os beneficiados à partilha, uma tarefa minuciosamente detalhista efetuada pelos que respondiam ao inventariante. Certamente, as cláusulas dos documentos eram redigidas por mais cinquenta páginas manuscritas com análise em cada processo, que detalhava rigorosamente suas acumulações e principalmente seus escravizados. Na maior parte petição do processo dos inventários, os bens são individualmente descritos e avaliados a fim de prevenir equívocos nas conclusões dos processos de inventário.

Todavia, segundo Paulo Neto o processo finalização costuma demorar devido a contagem exata patrimônio, além das débitos adquiridos serem posteriormente quitados, por isso:

Esse processo de inventariação deveria durar cerca de 60 dias, porém, anexos e apensos aos processos poderiam alongar seu período de execução, como nos casos houve pedido de inclusão de débitos ao processo. Muitos dos inventários apresentaram documentos de contestação a itens lançados na descrição dos bens e na lista de dívidas, como os Auto de Justificação em que é demandado ao Juízo que acrescente ao rol de débitos alguma dívida não arrolada pelo inventariante (Neto, 2023, p.28).

Os bens acumulativos de Pedro Miguel Lamagnère, de acordo com “nível de composição das fortunas na Capitania do Maranhão (1794/1824)” elaborado pela Antônia Mota, chegava 57:461\$000 (cinquenta e sete contos e quatrocentos e sessenta um mil réis) bens de raiz, tornando não só a segunda família mais rica no século XVIII, possuía uma organização precisa em suas distribuições. Na sua maioria, poucos eram que detinham fazendas com cabeças de gados, muito menos a ideia de engenhos a produção de cana-de-açúcar, a diferença estava na minoria com fazendas e propriedades rurais, utilizando-se das plantações e agroexportação de produtos a cunho rural com a mandioca.

O Maranhão chamava atenção para seu alto índice econômico e riquezas por rendas, isso acontecia devido à grande concentração de escravizados na região, que menos valia nesta divisão da renda, além de consumir a maior parte da população.

As produções agrícolas eram predominantemente sustentadas pelo trabalho escravizado. De acordo com Mota, algumas propriedades possuíam extensos plantéis, com mais de 100 indivíduos escravizados em idade adulta, enquanto outras conduziam o cultivo com um número mais reduzido de trabalhadores (2007. P-56).

A média de pessoas escravizadas em uma unidade produtiva dedicada ao plantio de algodão e arroz, na menor escala, era de aproximadamente 20 indivíduos. Os proprietários que detinham um número maior de trabalhadores escravizados geralmente possuíam mais de uma fazenda e, além da produção de mandioca, cultivada para suprir a alimentação da população escrava. Mota volta olhar para quantidade de crianças, filhos oriundos de cativos, a eles vendidos por valores baixos ou moedas de troca, singularmente um processo assertivo enriquecedor, mas com pouca mediação, notoriamente:

As outras faixas etárias estavam assim divididas: 11,48% eram jovens, entre sete e quinze anos, em que quase se igualavam a porcentagem de indivíduos do sexo masculino (6,21%) e feminino (5,27%). A faixa etária mais produtiva, de quinze e

quarenta e cinco anos, representava 64,63% do total, em que o elemento masculino (36,45%) se sobrepunha sobre o feminino 28,45%), o que confirma a tendência nas unidades produtivas que usavam a mão-de-obra escrava. [...] os velhos, com mais de quarenta e cinco anos, eram 10,66% do total, sendo que novamente os homens eram maioria (6,79%), as mulheres apenas 3,87% (Mota, 2007, p.58).

A estrutura familiar entre os escravizados, em sua maioria, era composta pela genitora e seus rebentos, sendo rara a presença paterna, exceto em casos específicos, com entre os feitores. Em algumas propriedades, verificando-se um número mais expressivo de escravizados, o que pode indicar uma maior tolerância dos proprietários quanto à consolidação desses laços familiares e comunitários.

Em relação às uniões matrimônias, sendo elas legítimas ou consensuais, observa-se que, até o fim do século XVIII, essas relações ocorriam majoritariamente entre indivíduos da mesma origem. Assim, escravos casavam com escravos, crioulos com crioulos. No entanto, à medida que aumentava os grupos étnicos nos centros agrícolas ao longo século XVIII, os casamentos passaram a acompanhar essas variações, como, por exemplo, os escravizados casavam com mulheres de outras origens.

A averiguação do estado físico dos escravizados era mensalmente avaliada, os que tinham boas condições físicas eram mantidos na linha de frente do plantio e custava mais na composição dos inventários, independente de qual descendência fossem. O preço subia mensalmente, um escravo adulto de porte físico bom ou excelente custava torno de 100\$00 a 300\$00 contos mil réis. Mota:

Para baixo, o valor do escravo variava quando era criança ou maior de cinquenta anos ou, ainda, por trazer algum tipo de enfermidade. A mais frequente era “quebrada nas virilhas”; até mesmo em algumas mulheres e crianças aparecem com esta moléstia, mas era mais comum nos homens. As pessoas da época diagnosticavam os sintomas aparente, então apontavam: “quebrado nas cadeiras e com retenção de urinas”, “estuporada”, “entrevada”, “com moléstia do peito e barriga”, achacado de obstrução”, “com dores reumáticas”, “com uma ferida na perna incurável”, “com chagas na garganta”, “doente do mal de asma”, “tísica” etc. (Mota, 2007. P-59).

Ao mesmo tempo que os preços aumentavam dos escravizados, as informações nos inventários de post mortem mudavam, isso significa, chegada de cativos em terras maranhenses. A união de Ana Isabel Lamagnère e João Belfort favoreceu ainda mais o crescimento de

escravos. O casal possuía de duas fazendas com centenas de empregados. Uma grande maioria além de possuir fazendas, também casas que costuma valer muito na capital São Luís.

Existia os conflitos entre grupos familiares pelo controle do poder local, despertando grande atenção dos magistrados. Esses conflitos foram amplamente analisados no contexto das principais capitanias, levando à recomendação de uma gestão mais eficiente dos assuntos públicos por parte dos administradores. Com a acumulação de riquezas, os proprietários rurais passaram a direcionar seus investimentos para o meio urbanos, priorizando a construção de residências e a aquisição de terrenos. No século XVIII, esse tipo de investimento cresceu consideravelmente entre as camadas mais privilegiadas da sociedade. Mota em comparação entre bens rurais e urbanos, o grande fazendeiro Pedro Miguel Lamagnère possuía 29:830\$000 réis em propriedades rurais, 27: 631\$000 em propriedades urbanas, um montante bruto que chegava a avaliar 131:090\$000 réis de fortuna até o final da colônia, atestado em inventário post mortem no ano entre 1795 a 1824. As enormes construções contavam com mão-de-obra tanto escrava, mas também de pedreiros, carpinteiros “livres” e outros para realização das atividades, no qual o mercado gerava empregos para essas pessoas que prontificavam a construir as casas e prédios.

A existência de documentos baseados no princípio da observação determinante do contexto do Estado do Maranhão, no período em que o Brasil ainda era colônia e caminhava para tornar-se um Estado independente, confirma esse processo. Segundo Mota, firmava-se que:

Em 1807 ocorreu o episódio da invasão de Portugal pelas tropas francesas e a subsequente vinda do príncipe regente e da família real para Brasil, fato que veio agravar as dificuldades de administração de tão vasto Império. A administração das colônias sempre foi uma tarefa complicada para os Conselhos de sua Majestade, sobretudo quando as Cortes encontravam-se ameaçadas em sua autoridade. [...] entre 1806 e 1809, foi governador do Maranhão D. Francisco de Melo Manuel Câmara. Segundo os inimigos letrados que ele fez durante sua administração, “manifestava-se claramente favorável à causa francesa” (Mota, 2007. P-114).

A motivação dar-se-á pelas práticas autoritárias de D. Francisco Melo Manuel Câmara, realizava atividades relativamente mensuradas pelo governo despótico, além coloca-se acima da lei, tais idealizações findavam as estratégias políticas de um governo hostil e temível. Mera invasão francesa foi símbolo de uma desordem política que refletia somente em lucro. Não se davam ouvidos aos avisos externos, como consequência, a sociedade permaneceu inerte, refreada pelo temor de quaisquer manifestações de sua vontade. Alguns documentos menciona

os reais interesses econômicos e políticos do governador em relação ao povo, marcado pelo desprezo e preconceito. Ele costumava afirmar que apenas a nobreza e sua família mereciam seu respeito, enquanto os demais submissão, devendo agir como um tapete sob seus pés. O resultado dessa incredibilidade, disputas entre elites locais e também regionais, levantando totalmente a discórdia.

Com longo percurso de governos e demissões dos mesmos, no ano de 1823 D, Pedro I proclamou a independência, rapidamente para que não houvesse conflitos, logo, o Maranhão consegue aderir publicamente a gerência de D. Pedro I, formando a Junta Provisória do Itapecuru da qual fazia parte Joaquim Lamagnère e outros membros. Segunda Antônia Mota, durante a primeira eleição Câmara independente de São Luís, o então bacharel em direito Manuel Bernardes Lamagnère e seu colega faziam parte da Junta de advogados.

No entanto, os inventários de post mortem de acordo com Mota no ano de 1816, ressalva apenas alguns detalhes estruturais, não chega a descrever na íntegra todos os detalhes dos imóveis e fazendas, nelas deixa evidente os instrumentos de trabalho nos engenhos, como forno de cobre que custava 40\$080 réis; uma roda de ralar mandioca 25\$000; vinte e quatro machados usados 12\$000 réis e dezoito foices de capinar 4\$320 réis (Mota, 2007. P-138), desta forma que os trabalhadores pudessem trabalhar e consequentemente conseguir o seu alimento, era necessário transporte das armas de trabalho por manuseio animal com os bois.

Ao mesmo tempo que se tinha ferramentas de produção agrária, havia ferragens que possuía valores absurdos como mencionado por Mota, chamada de “cunhetes”, dava-lhe a devida importância de tais atividades rotineiras presente nas fazendas de engenhos, além dos objetos hostil utilizado pelos escravos para servir aos senhores, correntes e algemas, servia como utensílio na vida de muitos escravizados para barra fugar, celas eram feitas ao fundo ou embaixo dos casarões medindo apenas um metro de altura para que, cativos ficassem durante o descanso à noite.

Quanto a alimentação dos escravos, baseava-se em cálculos em quantidade suficiente para cada, no tocante era entendido como:

[...] a alimentação dos escravos era composta basicamente pela farinha de mandioca e “carne de vaca”. Ocasionalmente, a estes alimentos poderiam ser acrescidos feijões, favas ou arroz. [...] Contudo, a farinha, a carne de gado e os produtos do engenho de cana deveria ser alimentação básica tanto de senhores como de escravos. Portanto, uma dieta pobre em nutrientes. [...] Devido às características da região, havia possibilidade de variação de dieta tão monótona. Um exemplo é a disponibilidade do pescado, tendo vista que sua população vivia no litoral ou próxima dos rios. (Mota, 2007. P-148).

Os hábitos alimentares sofisticados cabiam apenas famílias ricas, Izabel Luiza Lamagnère assim como outras famílias costumava comer chocolate rotineiramente, cabia as escravas o preparo tanto quente quando em barras, trazidas em xicaras de porcelanato europeu chegando a custar o valor de um escravo jovem. Os espólios que identificava objetos de cada família conforme Antônia Mota, eram iguais em quase todas as casas como as panelas e caldeirões de ferro, das colheres, dos garfos, das facas (Mota, 2007. P-150). Geralmente comum as senhoras disputarem entre si quem possuía os objetos mais caro, as louças de jantar todas permaneciam muito bem guardadas e supervisionadas.

Tradicionalmente os anéis de Isabel Lopes de Sousa eram hereditariamente passados para filhas, assim com os vestidos de luxo da mãe, muitas das vezes a divisão era feita antes da morte, mas apenas os anéis eram destinados a filha mais velha, ao chegar certa idade iria passar para sua irmã de idade inferior, desta forma passava por todas até chegar as futuras gerações, mas como muitas das famílias possuíam dividas os anéis eram vendidos como forma de pagamento.

As dívidas sempre foram uma pedra nos sapatos dos grandes fazendeiros, de acordo com Ana Paula Durans Lopes em “Lhe comprey tanto em preço como em bondade: o clero e as dívidas Maranhão setecentista”, menciona os pagamentos das dividas por meios de produtos para muitas das vezes amenizar a escassez da moeda, o único meio era a venda do açúcar como mercadoria principal custeio dos problemas gerados por endividamento. Devido a proibição no ano de 1620 no Estado do Maranhão, a vinculação das trocas de gêneros serviu como plano para ampliação das drogas do sertão logo na primeira fase do século XVIII.

O autor António Carreira, no volume II do ano de 1988 dos documentos sobre os espólios vendas de escravos, afirma-se que, foram vendidos aproximada 10.724\$360 réis escravos para companhia do Maranhão como forma de pagamento por dívidas. Entre os anos de 1758 à 1782 o autor ainda revela lista da venda produtos para Maranhão, alcança uma marca 1.493.657\$455 réis suprimindo falta da moeda aumentando a capacidade do Estado em exportar, além dos endividados terem credito na colônia.

Na visão de Paulo Juracy, os principais motivos pelas quais os débitos estão em rumos diferentes, indica a necessidade assegurar itens ou prestação de serviços de caráter cotidiano, além do pagamento de serviços coletivo, bem como, manter as produções para geração de fortunas, na compra de escravos.

Em suma, as atividades de endividamento no Maranhão do século XVIII não somente exibem as vulnerabilidades da economia colonial, mas também revelam estratégias de

subsistência e acomodação em uma condição marcada pela escassez da moeda e pela centralidade do tráfico escravista. A comercialização de mercadorias a pessoa como forma de pagamento fortalece como o crédito e a dívida se constituía ao cotidiano da colônia, adaptando relações sociais e expandindo as margens do desempenho econômica. Ao se analisar essas movimentações, percebe-se que o endividamento não era unicamente um reflexo de crise, mas inclusive um instrumento que ampara a própria razão da execução do sistema colonial.

Em síntese, o trajeto da ascensão da família Lamoignon demonstra um exemplo de inserção social direcionada-se além dos limites do consanguinidade. Através de alianças matrimoniais bem articuladas, do acesso a cargos na administração colonial e da expansão de seus domínios fundiários fundado na utilização intensiva da mão de obra escravizada, o grupo fortificou sua presença em áreas mais notáveis da sociedade maranhense oitocentista. Além de herdar privilégios, os Lamoignon conseguiram se desenvolver seu espaço de prestígios dentro das estruturas de poder local. O estudo dessas relações mostra que, um cenário onde a família operava como núcleo conclusivo dos vínculos sociais, o casamento, a herança e o comando sobre pessoas e terras foram os principais pilares de uma elite no Maranhão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estruturas do sistema colonial português no Maranhão, sobretudo após a formação Companhia Monopolista em 1755, executaram um papel primordial no endurecimento das relações mercantis entre o Brasil e a Europa. As reformas pombalinas, por mais que marcadas por divergências internas, proporcionaram a reorganização da mão de obra, modificando gradativamente o trabalho indígena pelo africano, na busca incessante de maior produtividade. O mercado externo de algodão surgiu com uma importante fonte de prosperidade econômica para o Maranhão, incentivando o comércio e contribuindo para o crescimento manufatureiro europeu, beneficiando as primeiras fases da Revolução Industrial. Todavia, logo no início do século XVIII, o processo foi acometido pela concorrência de novos fornecedores, como consequência a perda de mercado na Europa.

O estudo da governança de Jose Telles da Silva e da dinâmica colonial logo início do século XVIII nos mostra um contexto de complexidade social e política grifada pela busca de fortificação do poder local e pela coexistência de propensões coloniais e indígenas. A tática de articulação com grupos de influência e a imposição de uma estatura firme contra rebeldes evidenciam a procura pela estabilidade do domínio territorial, sobretudo em locais vinculados às Capitanias do Maranhão e do Piauí. No entanto, a vagarosa expansão das fronteiras coloniais, dificultou a presença significativa de povos indígenas, constatou que a efetivação desse controle encarou inúmeras divergências. A implementação das grandes lavouras de arroz no Estado Grão-Pará, legitimada a partir de 1751 por intermédio de licenças régias, porém encontrava-se com dificuldades, expressivamente no que tange o ordenamento da mão de obra e à determinação dos pagamentos, que se expandiram até 1850.

Devido a colonização francesa no Maranhão, notadamente em São Luís, comprava um capítulo significativo da história colonial brasileira, cicatrizada por disputas agrárias e embates culturais. A chegada do comandante das frotas francesas em 1612, caracterizaram uma tentativa ardilosa de estabelecer comércio e políticas no solo brasileiro. Contudo, a ligeira reação dos portugueses resultou em uma guerra que se expandiu por três anos, culminando em vitórias lusa.

Embora a derrota militar, a presença francesa deixou impressões sociais e culturais na região, mormente adequados às interações intensas com povos indígenas. A familiaridade refletia um modelo de colonização mais incorporado, em contraste com a postura rígida e ideológica dos portugueses, que empenhavam impor seus costumes cristãos, inserindo o casamento de acordo as tradições europeias.

As devidas procuras em analisar as modificações econômicas, demográficas e sociais ocorridas no Estado do Maranhão ao longo do século XVIII, lançadas pelo crescimento das atividades comerciais e pela existência de imigrantes estrangeiros e enormes proprietários rurais. O enriquecimento econômico provinha das companhias monopolistas portuguesas alicerçou uma elite agrária rica e poderosa, cuja a dominação delineou as estruturas sociais da região. Com aumento da população, a aglomeração de riquezas, pela serventia da mão de obra escrava africana, encorajou o surgimento de famílias elitizadas que estabeleceram alianças estratégicas por meio dos casamentos, enrijecendo vínculos econômicos fortalecendo o poder familiar. Os testamentos analisados com base em outros autores foram fontes históricas indispensáveis, proporcionaram compreender as dinâmicas de transmissão de bens além dos costumes referente ao dote, salientando mudanças importantes no imenso período colonial.

A análise da trajetória da família Lamagnère permite compreender de maneira ampla o entrelaçamento entre práticas familiares, estratégias econômicas e as transformações administrativas do Maranhão colonial entre século XVII e XVIII. Observa-se que a ascensão dessa família não se deu de forma isolada, mas esteve profundamente conectada às mudanças políticas promovidas pela Coroa, especialmente durante as reformas pombalinas. As redes matrimoniais foram fundamentais nesse processo de consolidação social e econômica. Por meio de alianças estratégicas, como casamento Pierre Lamagnère e Isabel Lopes de Sousa, a família estabeleceu vínculos com linhagens de prestígio, garantindo acesso aos cargos administrativos e influência local. Assim, a genealogia tornou-se ferramenta de poder, legitimando posições privilégios dentro da estrutura colonial.

O estudo da família Lamagnère permite visualizar o papel decisivo das relações familiares e políticas nas dinâmicas coloniais, revelando como a formação de alianças, a ocupação de cargos ligados à Fazenda Real e a adaptação diretrizes metropolitanas foram determinantes para o fortalecimento de grupos colonos.

Finalmente, ao longo percurso deste trabalho, buscou analisar as práticas testamentários baseado na tese de Antônia da Silva Mota, dos proprietários de terras no Maranhão, dando ênfase a segunda maior ascensão familiar do Maranhão, motivada pela laços de matrimônios, contexto social e religioso da época. É notório que os testamentos de post mortem não era meros documentos de ordenamento patrimonial, mas petrecho de preparação para a salvação da alma, contendo profundos pensamentos influenciáveis da religiosidade.

Desta forma, observa-se que as conexões entre portugueses e estrangeiros no Maranhão constitui-se em dinâmicas de trocas e favores, agindo diretamente organização familiares. A inserção de muitos grupos estrangeiros, como os Lamagnère, colaborou significativamente

crescimento dos arranjos conjugais, especialmente Pedro Miguel Lamagnère o ultimo da ascensão familiar e social. Logo, o estudo contribui para entendemos a exercício social e cultural que desenharam a sociedade maranhense colonial, destacando a importância panoramas religioso e familiares na formação das elites agrárias da região.

REFERÊNCIAS:

ABRANTES, ELIZABETH SOUSA. A “CESTA DA NOIVA”: o uso do dote nos arranjos matrimoniais–Maranhão, século XVIII. **XXVII Simpósio nacional de história-ANPUH, Natal, RN**, v. 22, 2013.

ACRUCHE, Hevelly Ferreira. Dimensões da propriedade no contexto das guerras pela colônia do Sacramento (1762–1777). **África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**, v. 3, n. 5, 2016.

ÁVILA-PIRES, Fernando Dias de. Mamíferos da França Equinocial (Maranhão, Brasil). **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 6, p. 423-442, 1989.

BARBOSA, Lucas Vinícius Nascimento. O Maranhão do século XVIII: um estudo das forças produtivas. 2022.

BONIN, Iara Tatiana; KIRCHOF, Edgar Roberto. Entre o bom selvagem e o canibal: representações de índio na literatura infantil brasileira em meados do século XX. **Práxis Educativa**, v. 7, n. 03, p. 221-238, 2012.

C de Castelnau-L'Estoile - 2020 - books.google.com. Páscoa Vieira diante da Inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII.

CALÓGERAS, João Pandiá. Formação histórica do Brasil. **Brasiliana**, 1938.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARREIRA, António. A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão. **Brasiliana**, 1988.

CARVALHO NETO, Paulo Juracy. Negócios a crédito no maranhão colonial: práticas, redes sociais e estratégias econômicas (1750-1810). 2024.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. Interações missionárias e matrimônios de índios em zonas de fronteiras (Maranhão, início do século XVII). **Tempo**, v. 19, p. 65-82, 2013.

DA SILVA MOTA, Antonia. A Dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão. 2007.

DE ABREU, Capistrano. **Capítulos da história colonial**. SciELO-Centro Edelstein, 2009.

DOS SANTOS, Fabiano Vilaça. Da Paraíba ao Estado do Maranhão: trajetórias de governo na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). **Revista de História**, n. 161, p. 59-83, 2009.

JURNO, Amanda Chevtchouk; DE BRITO D'ANDRÉA, Carlos Frederico. Visibilidade Algorítmica no “feed de notícias” do Facebook// Algorithmic (IN) Visibility IN Facebook News Feed. *Contemporânea*, v.15, n. 2, p 463-484, 2017.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. Honradas famílias: poder e política no Maranhão do Século XIX (1821-1823). 2009.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flávio. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII). **Revista de história**, n. 149, p. 69-107, 2003.

MARTINS, Diego de Cambraia. **A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os grupos mercantis no Império português (c. 1755-c. 1787)**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MELLO, Isabele de Matos Pereira de. Os ministros da justiça na América portuguesa: ouvidores-gerais e juízes de fora na administração colonial (séc. XVIII). **Revista de História (São Paulo)**, p. 351-381, 2014.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII. **Niterói: Universidade Federal Fluminense**, 2007.

MOTA, Antônia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850). **Revista de História (São Paulo)**, n. 176, p. a07815, 2017.

MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça. Cruz e Coroa: Igreja, Estado e conflito de jurisdições no Maranhão colonial. **Revista Brasileira de História**, v. 32, p. 39-58, 2012.

MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça. João Rodrigues Covette, vigário-geral do Maranhão: carreira eclesiástica, administração diocesana e justiça no século XVIII. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v. 22, n. 2, p. 117-131, 2022.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado; DA SILVA, Giovani José. Sobre vivências negociadas: indígenas e jesuítas franceses no Oiapoque setecentista. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 17, n. 2, p. 357-378, 2019.

OBERMEIER, Franz. Documentos inéditos para a história do Maranhão e do Nordeste na obra do capuchinho francês Yves d'Evreux Suitte de l'histoire (1615). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 1, n. 1, p. 195-251, 2005.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. O mito do bom francês: imagens positivas das relações entre colonizadores franceses e povos ameríndios no Brasil e no Canadá. **Estudos Avançados, Série Estudos Brasil França. São Paulo**, v. 3, p. 1-9, 1996.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 25.ed., 7ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2020. - (Repensando História)

RAMINELLI, Ronald. CONSTRUIR COLÔNIAS Reformas nas Américas c. 1760-90. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 28, p. 11, 2021.

RAMOS, Felipe Caldas. Agenciamentos do povo indígena Tremembé na capitania do Maranhão (primeira metade do século XVIII): das guerras ao aldeamento. 2024.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo Social**, v. 18, p. 131-165, 2006.

SILVA, Maria Celeste Gomes da et al. Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão Colonial, 1755-1800. 2010.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A teoria do conhecimento de Kant: o idealismo transcendental. **Caderno brasileiro de ensino de física. Florianópolis. Vol. 19, nesp. (jun. 2002), p. 28-51**, 2002.

SLEMIAN, Andréa. Para “livrar-se solto do crime”: as cartas de seguro na América portuguesa (meados do século XVIII a inícios do XIX). **Tempo**, v. 29, p. 114-133, 2023.

SOUSA, Jhonatan Uelson Pereira. " OS ESTILHAÇOS": debate intelectual sobre a fundação francesa de São Luís do Maranhão. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 4, n. 4, 2007.